

**ATA DA 57ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

**DATA:** 27 e 28/01/2004

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: (ausência)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar F. de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: (aguardando indicação)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: (ausência)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Sul/Santa Catarina: (ausência)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Kátia Araújo Santos (brasil@assem.org.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Daniela Gurgel de Amorim (daniela@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antonio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Adelmo de Oliveira T. Marinho – SRH/MMA (adelmota@universiabrasil.net)  
Alfredo Eduardo Anastácio de Paula – SRH/MMA  
Francisco J. Pompeu Campos – ANA (francisco.pompeu@ana.gov.br)  
Glenda Barbosa de Melo – ASSEMAE (brasil@assem.org.br)  
Marcelo Taylor de Lima – CNI (mtaylor@cni.org.br)  
Márley Caetano de Mendonça – SRH/MMA (marley.mendonca@mma.gov.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Patrick Thomas – ANA (patrick@ana.gov.br)  
Pedro Carlos Pociotti – ANA (pedro@ana.gov.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmon@ig.com.br)  
Rogério Barion – SRH/MMA  
Rogério S. Bigio – SRH/MMA (rogério.bigio@mma.gov.br)  
Sebastião Domingos de Oliveira – SRH/MMA

**RELATOR:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 27/01/2004

**Início:** 9:35 h

**Término:** 17:30 h

Às nove horas e trinta cinco minutos do dia vinte e sete de janeiro de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 57ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, abriu os trabalhos e deu boas vindas a todos, desejando que este ano os trabalhos da CTIL sejam tão produtivos quanto o ano anterior. Falou sobre o concurso realizado pelo MMA para composição de seu quadro de servidores e apresentou três novos integrantes da Secretaria Executiva do CNRH: Dra. Raquel Scalia, Dr. Rogério Barion e Dr. Sebastião Oliveira. Destacou ainda a indicação do Dr. Weber Avelar para exercer, na SRH/MMA, a gerência responsável pela Secretaria Executiva do CNRH. Informou sobre telefonema recebido do Conselheiro Mauro Viegas o qual, na condição de Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, relatou sua preocupação com a recente publicação da Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que trata da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado (**Anexo II**). Sobre este assunto, a Dra. Ninon comentou sobre estudo realizado por

grupo de advogados no Estado do Rio de Janeiro indicando a inconstitucionalidade da referida Lei. Solicitou então a inclusão na pauta desta reunião de debate sobre a mesma Lei, no que foi atendida. Assim sendo, o Dr. Julio Thadeu propôs a seguinte formação para a pauta da reunião: aprovação da ata da 56ª reunião, discussão das propostas ao PL nº 1.616, de 1999, e análise das resoluções encaminhadas pelo CERH de Santa Catarina, para o dia de hoje; para o dia 28, retorno ao PL, discussão sobre a Lei RJ nº 4.247, de 2003, e análise da proposta de resolução encaminhada pela ANA, sobre a Agência de Água do CEIVAP. Houve concordância quanto ao proposto. Ainda na abertura, a Dra. Patrícia solicitou registro em ata sobre a ocorrência sistemática de coincidência de datas das reuniões desta CT e da CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB. O Dr. Julio Thadeu classificou de injustos os comentários, uma vez que procurou-se seguir o calendário previsto para a CTIL no ano de 2003 e que, eventuais mudanças de datas ocorridas deram-se em função das particularidades desta CT, relacionadas à necessidade de adaptação das datas das suas reuniões às demandas encaminhadas pelas demais CTs, além do agendamento de suas reuniões em datas anteriores às convocações das plenárias do CNRH, para a análise legal e institucional de toda as propostas encaminhadas para deliberação. Disse ainda que essas decisões não seriam tomadas unilateralmente pela Secretaria Executiva, sendo sempre conciliados os interesses da maioria dos seus integrantes. Finalizou concordando que, na medida do possível, datas coincidentes deveriam ser evitadas. Passou-se então ao item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 56ª reunião da CTIL. A ata foi aprovada com modificações. Em prosseguimento, passou-se então ao item 3 da pauta: continuidade da discussão sobre sugestões ao PL nº 1.616, de 1999, que dispõe sobre a gestão administrativa e organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O Dr. Julio Thadeu lembrou a metodologia adotada no âmbito da CT para discussão das propostas ao PL: os consensos serão incluídos na versão seguinte do documento e os artigos que suscitarem maiores debates, remetidos para a próxima reunião; e ainda, novos debates sobre artigos já consensados deverão ser evitados. Destacou que a CTIL deveria se atentar aos prazos pretendidos pelo relator do PL, Dep. João Pizzolatti. Iniciaram-se então os debates propriamente ditos, a partir do art. 26 da versão datada de 16/12/2003 (**Anexo III**). Durante as discussões, foi solicitado ao Dr. Maurício Andrés, da ANA, que verificasse a existência e a possibilidade de compartilhamento de estudo encomendado pela mesma à Fundação Getúlio Vargas, sobre propostas para a definição da personalidade jurídica das Agências de Água. A pausa para almoço ocorreu das 12:10 às 14:30 horas, quando foi retomada a discussão das propostas ao PL nº 1.616. Dentre outros artigos, todo o Capítulo VI do PL, intitulado “Das Agências de Bacia Hidrográfica” foi remetido para discussão posterior. Os debates foram interrompidos às 16:20 horas quando, conforme acertado anteriormente, seria aberto espaço para abordagem dos demais itens da pauta. Iniciou-se então, pela minuta de proposta de Resolução apresentada pela ANA, referente a delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (**Anexo IV**). Com a palavra, o Dr. Reginaldo opinou que a Resolução CNRH nº 26 estaria carecendo de complementação referente à delegação de competência e, inclusive, cometeria alguns equívocos jurídicos; portanto, concluiu, a proposta encaminhada trazia também um artigo específico para revogação da Resolução nº 26; esclareceu também que a delegação de competência proposta no documento se daria nos moldes estabelecidos pelo art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997. Por oportuno, fez relato aos presentes sobre a edição de Medida Provisória que se proporia a equacionar a questão das entidades delegatárias das funções inerentes às Agências de Água, assim como dos contratos de gestão entre as mesmas e a ANA. A maioria dos presentes se posicionou contrária à revogação da Resolução CNRH nº 26, de 2002, mas, entretanto, favorável à complementaridade entre ela e a proposta apresentada. Foram debatidas modificações no texto do documento apresentado e a versão final a ser encaminhada para deliberação do CNRH, com o parecer favorável da CTIL, ficou conforme **Anexo V**. Registra-se que seu encaminhamento à Plenária do CNRH ficou condicionado a edição da citada Medida Provisória. Findo o assunto, o Dr. Julio Thadeu passou a palavra a Dra. Ninon que discorreu sobre proposta de criação de nova Câmara Técnica no âmbito do CNRH, com sugestão de denominação de CT de Educação, Treinamento e Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos. Esclareceu que as competências da nova CT extrapolariam as da CT de Ciência e Tecnologia - CTCT as quais traziam forte propensão para o caráter científico, tecnológico e de pesquisa na gestão de recursos hídricos. Relatou que nos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Ipanema são habitualmente identificadas carências relativas a capacitação em gestão de recursos hídricos. Concluiu propondo que

também a temática da água e clima seja incorporada aos trabalhos desenvolvidos no âmbito das CTs do CNRH. A Dra. Patrícia questionou se as competências da CT proposta não estariam abrangidas na CTCT. Solicitou que elas ficassem mais bem explicitadas. O Dr. Julio Thadeu elogiou a proposta da Dra. Ninon e manifestou seu apoio dizendo compartilhar das mesmas preocupações; citou a omissão da Lei nº 9.433, de 1997, com relação a educação ambiental relacionada aos recursos hídricos. Após debates, foi solicitado à Dra. Ninon que encaminhasse formalmente a proposta de criação da nova CT à Secretaria Executiva, com a devida explicitação das suas competências, para apreciação como item de pauta da próxima reunião da CTIL. Por oportuno, o Dr. Julio Thadeu apresentou o calendário de 2004 com as propostas de datas para realização das reuniões da CTIL, elaborado pela Secretaria Executiva, compatibilizando as datas de reuniões para todas as CTs (**Anexo VI**). A proposta foi aprovada. Passou-se ao item 4 da pauta: análise das Resoluções nº 01, 04 e 05, do CERH Santa Catarina. Os encaminhamentos se deram conforme segue. Resolução nº 01: solicitado seu envio para ciência dos Conselheiros; a Secretaria Executiva deverá realizar consulta prévia sobre a situação atual do PL nº 4.806, de 2001, objeto principal da resolução. Resolução nº 04: foi verificado que o tema da resolução teria pertinência com a interpretação do art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, que dispõe que "setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente..." e ainda, que este 0,75% "constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicado nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997". O Dr. Fernando Rodrigues congratulou o CERH-SC pela Resolução nº 04 e propôs que o CNRH se manifestasse em apoio ao seu teor, resguardados eventuais impedimentos de ordem jurídica. Após debates, foi consenso que, pela pertinência entre os assuntos, a resolução deveria ser juntada ao Processo nº 2948/2003-86, em análise na CONJUR/MMA, resultado dos questionamentos enviados pela CTCOB em seu Ofício nº 11/2003. E ainda, que fosse solicitada agilidade à CONJUR/MMA em sua análise, visando atender as datas da próxima reunião desta CT e também da reunião plenária do CNRH, prevista para março. Dessa forma, em momento final, a Resolução seria então encaminhada para análise da Plenária do CNRH, acompanhada de pareceres da CTIL e da CONJUR/MMA. Resolução nº 05: como a Resolução teria objetivo de dar ciência ao CNRH de posicionamento do CERH-SC, foi solicitado que, da mesma forma que a nº 01, fosse providenciado seu encaminhamento para conhecimento dos Conselheiros. Já em assuntos gerais, a Dra. Kátia fez comunicado sobre a realização da 34ª Assembléia Nacional da ASSEMAE, a ser realizada em Caxias do Sul-RS, entre os dias 16 e 21 de maio deste ano de 2004. Os trabalhos do dia foram encerrados às 17:30 horas.

**DATA:** 28/01/2004

**Início:** 9:30 h

**Término:** 19:30 h

Os trabalhos do segundo dia da 57ª reunião da CTIL foram iniciados às nove horas e trinta minutos, com debates sobre a Lei nº 4.247, de 16/12/2003, do Estado do Rio de Janeiro. A Dra. Ninon discorreu sobre o assunto, externando sua preocupação com as conseqüências que a edição desta Lei poderá causar. Fez relato sobre problemas ocorridos anteriormente no Estado, devido a utilização indevida de recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente e concluiu propondo que o CNRH, através desta CT, solicitasse esclarecimentos aos órgãos estaduais competentes. Por sua vez, o Dr. Bigio fez um histórico dos trabalhos desenvolvidos na gestão anterior do órgão outorgante do Estado. Disse que, na ocasião, a preocupação maior teria sido buscar a efetiva representatividade dentro do CERH-RJ, que então operava precariamente. Para tanto, relatou, foi inclusive editado um novo Regimento Interno para o Conselho. Demonstrou ainda sua surpresa com o teor da citada Lei, além da forma de sua edição. O Dr. Julio Thadeu e o Dr. Márley ressaltaram a importância do encaminhamento formal da questão ao CNRH pelo CERH-RJ, como forma de dar consistência ao processo. O Dr. Fernando Rodrigues disse que a citada Lei estaria ferindo princípios essenciais do espírito da Lei nº 9.433, de 1997. A Dra. Patrícia se propôs a comunicar ao Conselheiro Mauro Viegas, Presidente do CERH-RJ, o pedido de encaminhamento formal, por parte daquele Conselho, da solicitação de análise pelo CNRH dos fundamentos e propósitos da citada Lei, inclusive com a sugestão de envio de proposta de moção. Com a concordância dos presentes, a CT ficaria no aguardo do encaminhamento pelo CERH-RJ para maiores debates. Foi solicitado registro da preocupação presente na CTIL com a edição da citada Lei, que traria pontos contrários aos princípios da Lei nº 9.433, de 1997, além de comprometer a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Dando prosseguimento a reunião, retomou-se o debate sobre as sugestões ao PL nº 1.616, de 1999. Durante as discussões, o Dr. Fernando Cabral solicitou registro do seu entendimento como polêmica e suscetível de maiores debates a manutenção da proposta, contida no art. 43 do PL, de substituição do

termo “prioritariamente” por “exclusivamente” no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997. Também no decorrer dos trabalhos, foi solicitado à Secretaria Executiva que enfatizasse a importância da presença de representante da CONJUR/MMA nas atividades do CNRH, em especial as reuniões desta CTIL. Os trabalhos foram encerrados às 19:30 horas, atingido o objetivo de uma primeira análise total do PL. O Dr. Julio Thadeu se comprometeu a trazer informações sobre o tempo pretendido pelo Dep. João Pizzolatti, relator do PL na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Ficou acertado que os artigos não consensados serão objeto de análise na rodada de debates da próxima reunião da CT; e ainda, que deverão ser evitadas novas discussões relativas aos artigos entendidos como suficientemente debatidos. A Secretaria Executiva deverá providenciar o envio, por e-mail, da versão do documento de sugestões ao PL nº 1.616 produzida nesta reunião (**Anexo VII**). O Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho de todos e encerrou a reunião.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovada a ata da 56ª reunião da CTIL;
- incluída em pauta a discussão sobre a Lei nº 4.247, de 2003, do estado do Rio de Janeiro;
- atingido o objetivo de uma primeira análise total das propostas ao PL nº 1.616, de 1999; os debates prosseguirão na próxima reunião e deverão se ater preferencialmente aos artigos remetidos para discussão posterior;
- foi solicitado ao Dr. Maurício Andrés, da ANA, que verificasse a existência e a possibilidade de compartilhamento de estudo encomendado pela mesma à Fundação Getúlio Vargas, sobre propostas para a definição da personalidade jurídica das Agências de Água;
- foi finalizada proposta de Resolução complementar à Resolução CNRH nº 26 referente a delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; registra-se que seu encaminhamento à Plenária do CNRH ficou condicionado a edição da Medida Provisória que se proporia a equacionar a questão das entidades delegatárias das funções inerentes às Agências de Água, assim como dos contratos de gestão entre as mesmas e a ANA;
- foi solicitado à Dra. Ninon que encaminhasse formalmente sua proposta de criação de Câmara Técnica denominada “de Educação, Treinamento e Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos”; sua apreciação ficou prevista como item de pauta da próxima reunião da CTIL;
- aprovado calendário de datas para as reuniões da CTIL no ano de 2004;
- a análise das resoluções encaminhadas pelo CERH-SC ficou da seguinte forma: as Resoluções nº 01 e 05 deverão ser encaminhadas para ciência dos conselheiros; quanto a de nº 04, foi solicitada, por pertinência, sua integração ao Processo nº 2948/2003-86, em análise na CONJUR/MMA; a CT ficaria no aguardo do parecer da cita Consultoria Jurídica para dar prosseguimento à sua análise;
- encaminhada solicitação ao Conselheiro Mauro Viegas, Presidente do CERH-RJ, de pedido de encaminhamento formal, por parte daquele Conselho, da solicitação de análise pelo CNRH dos fundamentos e propósitos da Lei RJ nº 4.247, de 2003; consumado o fato, a CTIL prosseguirá sua análise.

Aprovada durante a 58ª reunião da CTIL, realizada em 17 e 18 de fevereiro de 2004.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
Relator